



UNIÃO DOS SINDICATOS DE VIANA DO CASTELO - C.G.T.P. / IN

Rua de Aveiro, 211 - 1.º

Telefs. 258 823 388 / 258 823 440 / 258 824 910 / 258 822 468 Fax 258 821 292

4900 - 495 VIANA DO CASTELO

E-mail: usvc@nortenet.pt

União dos Sindicatos de Viana do Castelo, CGTP-IN

Memorando sobre a situação social do Distrito de Viana do Castelo

Elementos do conhecimento da USVC-IN, 16 de Outubro 2012

PERCURSO HISTÓRICO E SITUAÇÃO PRESENTE

- A CGTP-IN, fundada em 01 de Outubro de 1970, está representada em todos os distritos do país e regiões autónomas dos Açores e da Madeira, através das Uniões distritais.
- A USVC-IN foi fundada em 26 de Maio de 1977 e, é considerada no distrito de Viana do Castelo como principal defensora dos trabalhadores e garante dos seus direitos.
- A USVC-IN tem a sua sede na cidade de Viana do Castelo e, delegações regionais em Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima.
- A USVC-IN é porta-voz no distrito de todos os trabalhadores e trabalhadoras filiados na CGTP-IN, independentemente dos seus sindicatos terem âmbito distrital, regional ou nacional.

CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO

POPULAÇÃO RESIDENTE E OUTROS DADOS RELEVANTES

O distrito de Viana do Castelo, de acordo com os dados disponíveis obtidos no âmbito dos CENSOS 2011, tem uma população residente de 244 836 indivíduos, o que se traduz numa diminuição de 7175 residentes face ao resultado do último censo realizado em 2001.

O número de residentes encontra-se distribuído da seguinte forma:

CONCELHOS	HABITANTES
ARCOS DE VALDEVEZ	22.847
CAMINHA	16.684
MELGAÇO	9.213
MONÇÃO	19.230
PAREDES DE COURA	9.198
PONTE DA BARCA	12.061
PONTE DE LIMA	43.498

VALENÇA	14.127
VIANA DO CASTELO	88.725
VILA NOVA DE CERVEIRA	9.253
TOTAL	244 836

Estes resultados revelam que os concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção concentram 71,2% da população residente no distrito. É de salientar igualmente que só o concelho de Viana do Castelo concentra mais de um terço da população residente.

Dos actuais 244 836 habitantes do distrito, 114 362 são do sexo masculino e 130 474 são do sexo feminino, o que representa uma tendência que se tem verificado nas últimas décadas de crescimento da população feminina.

Por grupos etários, a população do Alto Minho está distribuída da seguinte forma:

População	0-14 anos	15-24 anos	25-64anos	65 ou mais
244 836	32 519	25 672	129 814	56 831

A nível nacional, a relação de masculinidade é de 91,5 homens para 100 mulheres, enquanto este indicador era em 2001 de 93,4 homens para 100 mulheres.

A esperança média de vida, quer a nível de distrito quer a nível nacional continua a situar-se, em média, nos 78 anos, sendo que a nível nacional a das mulheres é de 82,05 anos e a dos homens de 76,14 anos.

O distrito tem uma área de 2.218,4 km² que correspondem a aproximadamente 2,4% da área total de Portugal continental. O perímetro é de 272km; o seu comprimento de norte a sul é de 155km e de este a oeste é de 224km. O ponto mais alto tem 1.416 metros e situa-se no Soajo, concelho dos Arcos de Valdevez.

A densidade populacional de Portugal é de 114,5 habitantes por km², um valor ligeiramente superior ao verificado nos últimos Censos em 2001, que era de 111,3 habitantes por km². Continua a ser um dado estatístico relevante a desertificação do interior, quer do país quer do próprio distrito de Viana do Castelo.

EMPRESAS E ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Comparativamente com os dados existentes em 2006, verifica-se que houve uma diminuição de 23 615 para as actuais 21 686 empresas. Os sectores mais afectados foram os da construção (diminuição de 5329 para as actuais 4118), da transformação (diminuição de 2210 para as actuais 1801 empresas) e do comércio (diminuição de 7570 para as actuais 6042 empresas). Em sentido contrário, houve um aumento das empresas de actividade imobiliária, alugueres e prestação de serviços das anteriores 1722 para as actuais 2858.

Verifica-se assim uma tendência de aumento do sector terciário e uma diminuição do sector secundário, sendo esta ainda forte no sector primário.

O distrito de Viana do Castelo, apesar de ser conotado como sendo um distrito ligado à agricultura e pescas, segue a tendência nacional de crescimento do sector terciário. A agricultura, outrora fonte de subsistência de grande parte da população do distrito não tem já expressão, pelo menos a nível empresarial (apenas 231 empresas).

No que diz respeito às empresas da indústria transformadora, a diminuição do seu número prende-se com o flagelo das Insolvências que passou a afectar o distrito. Foram muitas as empresas, sobretudo da construção civil, indústria têxtil, do calçado e das madeiras que foram declaradas insolventes e os seus trabalhadores forçados a sobreviver com o subsídio de desemprego. O baixo nível de habilitações literárias de alguns trabalhadores e sobretudo a sua idade, faz com que seja extremamente difícil para eles voltarem ao mercado de trabalho.

SECTOR DAS PESCAS, COMÉRCIO E TURISMO

No que diz respeito às actividades económicas, nomeadamente aos sectores da pesca, comércio e turismo, que têm sido destacados nos últimos anos, não há, face ao passado, grandes alterações de monta. E às que há são em sentido negativo, ou seja, de diminuição de trabalhadores das mais diversas áreas.

Efectivamente, e no que diz respeito ao sector das pescas, dados de 2006, dizem que o número de pescadores matriculados passou de 1.761 para

828. Em 5 anos, desde os CENSOS de 2001, desapareceram cerca de 1000 pescadores. cremos que no dia de hoje o número de pescadores registados tenha reduzido drasticamente. Quanto ao número de embarcações com motor registadas, passou de 977 em 2001 para 854 em 2006, sendo de presumir que em 2012 esse número seja muito menor.

Como o número de pescadores e embarcações tem diminuído, os rendimentos da pesca sofrem essa consequência. Em 2006 descarregaram-se quase metade das toneladas de peixe em 2001 (2.981 contra 1506) e consequentemente o rendimento obtido foi muito inferior.

Relativamente à pesca artesanal, área ainda mais afectada pela crise do sector, continuamos a mostrar o nosso apoio e solidariedade a todos os pescadores que, junto do seu sindicato, procurem defender os seus interesses e direitos.

No setor do comércio, a situação atual continua a ser caracterizada pelo surgimento das grandes superfícies comerciais um pouco por todo o distrito e sobretudo no concelho de Viana do Castelo. Esta realidade tem vindo a criar (ainda mais) dificuldades ao comércio tradicional que, face aos preços praticados e ao agravamento fiscal, se vê forçado a encerrar as suas lojas e a despedir os seus trabalhadores.

O surgimento de grandes superfícies comerciais, é, diga-se em abono da verdade, um importante foco de criação de emprego, pelo menos a curto prazo. Desde o emprego criado na construção do espaço comercial até aos empregados que são necessários para abrir as lojas. Porém, a longo prazo, com a diminuição das vendas, começam a surgir despedimentos, há lojas que não conseguem pagar as rendas praticadas nos centros comerciais e fecham (veja-se o exemplo do "Estação Viana Shopping", em Viana do Castelo), tudo com efeitos nefastos na economia local.

Para se ter uma ideia das grandes superfícies comerciais pertencentes a grandes grupos económicos que surgiram no distrito nos últimos anos, passamos a enumerar algumas por concelhos:

Viana do Castelo - Pingo Doce, Continente, Intermarché, E.Leclerc, Lidle, Froiz, Modelo Bonjour, Mini-Preço, Plus, Moviflor, Izi, Maxmat, Rádio popular, Centroxogo; **Ponte de Lima** - Modelo, Intermarché e Mini-Preço; **Arcos de Valdevez** - Pingo Doce, Lidl e Mini-preço, Ponte da Barca - Mini-preço e Intermarché; **Caminha** - Pingo Doce, Intermarché e Mini-preço; **Vila Nova de Cerveira** - Feira Nova e Mini-preço; **Paredes de Coura** - Mini-preço

e Ecomarché; Valença - Intermarché, Lidl, Froiz e Mini-preço; Monção - Feira Nova, Modelo e Mini-preço; Melgaço - Intermarché.

Perante o cenário descrito, é lógico que o comércio tradicional viu os seus problemas agravados. Não tem sido possível criar condições de modernização, especialização por formas de associação e acesso ao crédito bancário com custos semelhantes aos proporcionados aos grandes grupos económicos. Pensámos que a Associação Empresarial de Viana do Castelo, e o poder político têm de apostar mais na criação de condições/incentivos às PME e ao comércio tradicional do distrito que se traduzam em mais do que acções promocionais e propaganda à opinião pública quando são divulgados os quadros de apoio.

No que à política laboral praticada no comércio diz respeito, sobretudo dos super e hipermercados, verifica-se uma utilização abusiva dos contratos a termo e um recurso excessivo às empresas de trabalho temporário e mesmo o recrutamento de trabalhadores independentes.

Em consequência desta política, e fruto do medo que os trabalhadores sentem de perder o seu emprego, sua única fonte de rendimento e por vezes até do seu agregado familiar, os direitos não são respeitados, nomeadamente horários de trabalho, trabalho suplementar não remunerado, classificações profissionais que não são feitas e, em casos extremos, até licenças de maternidade que não são exercidas.

Apesar de alguns avanços e recuos, o interesse dos grandes grupos económicos venceu e os estabelecimentos comerciais podem estar abertos aos Domingos até à meia-noite, em mais um atentado aos direitos dos trabalhadores que durante décadas lutaram e negociaram com os comerciantes o não trabalho ao Domingo. Inevitavelmente, o comércio tradicional sai mais uma vez prejudicado, não sendo por isso de estranhar que a cada dia que passa há mais lojas de rua a fechar.

Neste sentido, a União dos Sindicatos de Viana do Castelo, vai continuar a defender o encerramento de todo o comércio ao domingo.

Vamos continuar a exigir uma maior intervenção e fiscalização da A.C.T. no cumprimento dos horários de trabalho e no pagamento da retribuição do trabalho suplementar. Vamos continuar a reclamar das entidades empregadoras e a fiscalização por parte da A.C.T. do cumprimento dos contratos colectivos de trabalho dos sectores respetivos.

No sector do **TURISMO**, continuamos a afirmar que um distrito tão rico em termos etnográficos e culturais, com um património monumental e beleza natural devia ser alvo de maior aproveitamento e investimento.

Apesar de alguns erros cometidos um pouco por todo o distrito que não conseguiram cativar da melhor forma o investimento, tem existido algum desenvolvimento que produz um peso significativo na economia da região.

Pensamos que o turismo representa o futuro da região e uma tábua de salvação para a economia local, regional e nacional. A criação de scut numa região transfronteiriça como a que o nosso distrito pertence, que além de ser a região de fronteira mais densamente povoada do país, apresenta o maior tráfego de passageiros e mercadorias transfronteiriças ao nível nacional melhorou enormemente as relações económicas e sociais com a vizinha Galiza porém a partir de 2010 o modelo adotado na introdução de portagens naquelas, tem vindo a originar um acréscimo muito significativo de custos de mobilidade para as pessoas e empresas deste distrito. Agora em vez de se rever o modelo adotado, agrava-se com a anulação das isenções na A28. Tal imposição do governo, veio estragar parte do que de bom se vinha a fazer, afastando potenciais investidores e também turistas, exigindo-se em nome da população do nosso distrito a revogação das portagens na A28, tal como foi aprovado em várias assembleias municipais do nosso distrito e pela Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho.

ALGUNS DADOS DO SECTOR DO TURISMO EM 2010

Em 2010, a capacidade de alojamento no distrito era de 3.504 quartos divididos pelas variadas formas de alojamento (hotéis, turismo rural e pensões/residenciais).

Com estes alojamentos, em 2010 registaram-se 110,3 dormidas por cada 100 habitantes, o que representa uma diminuição de 25,3 dormidas por cada 100 habitantes, face ao ano anterior.

A estada média dos hóspedes no distrito é de 1,7 noites enquanto a média nacional é de 2,8. Em 2009 a média do distrito era de 1,8 noites.

A proporção de hóspedes estrangeiros que ficam alojados no distrito foi de 24,2%, o que representa menos de metade da média nacional (50,5%). Como já referimos, com a introdução das portagens na A28 e

com o aumento dos preços a tendência é de estes números baixarem ainda mais.

É importantes aumentarmos o tempo médio de estadia dos turistas, não pelo que representa para as unidades de alojamento mas também para os restaurantes e comércio local.

Pela nossa parte, considerando as características específicas próprias do sector, nomeadamente a sua sazonalidade, e tendo ainda em conta as alterações introduzidas na legislação laboral relativa aos contratos de muito curta duração, que vem abrir a porta a mais atropelos dos direitos dos trabalhadores, entendemos que o poder político deve ter uma ação mais interventiva na defesa das regiões mais pobres do país, como é o caso do nosso distrito.

Setor Naval - Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Esta empresa constitui nos dias de hoje a única de construção naval em Portugal e nos últimos 68 anos tem sido pólo dinamizador do desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo e seu distrito.

Fruto de políticas e Administrações incompetentes, nos últimos anos o seu passivo atingiu níveis insustentáveis sem que os seus trabalhadores fossem responsáveis. Em 2004 a empresa assinou com o Ministério da Defesa Nacional um contrato na ordem de 500 milhões de euros para construção de vários navios militares no objetivo de renovar a obsoleta frota da nossa Marinha, garantindo na época ocupação de todos os trabalhadores da empresa e largas dezenas de sub - empreiteiros da região.

O governo do PSD/CDS, veio agora inexplicavelmente anular aquele contrato com objetivos obscuros na senda estratégica de privatizar e desestabilizar, nacional e internacionalmente esta grande empresa da economia nacional, na continuação dos incompreensíveis negócios com a Atlântico line, a não construção dos navios do Douro Azul, a não conclusão do segundo navio patrulha para a marinha Portuguesa e o permanente impasse da construção dos Navios Asfalteiros para a Venezuela no valor de 128 Milhões de Euros.

Os Estaleiros Navais de Viana do castelo, tal como outras empresas do setor empresarial do Estado, são rentáveis e possuidores de capacidade

para criar riqueza, desde que geridas com competência, responsabilidade e sentido patriótico e social.

EMPREGO E DESEMPREGO NO DISTRITO

EMPREGO

No final de 2010 trabalhavam por conta de outrem 38899 trabalhadores, embora estes dados apenas digam respeito a trabalhadores com tempo de trabalho completo.

Destes, 488 trabalhavam no sector primário, 17428 trabalhavam no sector secundário e 20983 no sector terciário. Comparando estes dados com os de 2005, verificamos que houve uma diminuição de 1,2% do número de trabalhadores por conta de outrem, e destes no sector primário e secundário. Contrariando a tendência, houve um aumento do número de trabalhadores por conta de outrem no sector terciário.

Estes dados são de facto elucidativos da transformação que a nossa região sofreu nos últimos 25 anos, uma vez que se recuarmos esse tempo constatamos que a maioria da população nessa altura laborava no sector primário, ou seja, na agricultura e nas pescas.

Em resultado desta realidade surgiu naturalmente uma maior desertificação do interior, uma vez que o sector terciário cresce fundamentalmente junto dos centros urbanos, e destes, nos maiores.

Por outro lado, no sector secundário tivemos uma redução de 18717 para os actuais 17428 mas se comparamos estes dados com os de 2000, verificamos que a quebra foi muito superior pois à 10 anos atrás trabalhavam 20907 trabalhadores no sector secundário. Este número vem-nos dar razão quanto à nossa preocupação de estarmos perante a destruição do aparelho produtivo.

O distrito de Viana do Castelo tem sido fortemente afectado pelo encerramento de centenas de empresas que lançaram milhares de trabalhadores para o desemprego.

A proximidade da nossa região com a vizinha Espanha tem sido um factor positivo mas que ainda tem muito por explorar.

São tantas as vantagens desta aproximação que não as saber utilizar em proveito da nossa região é imperdoável.

Infelizmente, muitas das empresas espanholas que se instalaram nos pólos industriais de Cerveira e Valença fecharam.

É preciso criar condições, para as empresas espanholas e portuguesas, para que se implantem nas regiões onde é mais difícil encontrar trabalho e lá criem postos de trabalho.

O desenvolvimento do Alto-Minho passa, inevitavelmente, por uma maior aproximação aos nossos vizinhos da Galiza.

Para nós, é importante que rapidamente se avance para a eletrificação da linha ferroviária Porto/Vigo, para assim se encurtarem distancias e tempos, fortalecendo os laços transfronteiriços.

A nossa região poderá ser uma zona importante de negócios para os nossos vizinhos espanhóis mas nunca apenas uma zona próxima com mão-de-obra barata e sem respeito pelas nossas leis do trabalho.

O emprego a ser criado deverá ser um emprego estável e respeitador da lei.

DESEMPREGO

No início de 2012 existiam no distrito de Viana do Castelo 11.759 desempregados e, segundo os últimos dados do IIEFP do mês de Agosto 2012, estes números são já de 13, 195.

Da análise destes dados podemos retirar as seguintes ilações:

- O desemprego no distrito de Viana do Castelo tem vindo a aumentar de forma brutal nos últimos anos e duma forma agravada nos últimos meses.

- O desemprego afeta mais as mulheres do que os homens;
- O maior número de desempregados diz respeito a trabalhadores que já trabalharam pelo menos uma vez por conta de outrem;

- A maior parte dos desempregados está inscrita à menos de um ano;
- Os concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima concentram a maior parte dos desempregados;

- O concelho de Viana do Castelo concentra quase 50% dos desempregados;

-O governo e os parceiros sociais, com exclusão da CGTP, assinaram um acordo de concertação social, que prometia revolucionar o mercado de trabalho mas que a nosso ver só veio aumentar o desemprego e retirar direitos aos trabalhadores que levaram décadas a ser conquistados e agora, em menos de nada, desaparecem. Basta referir que o processo de despedimento foi simplificado e as indemnizações a pagar aos trabalhadores foram reduzidas abrindo caminho para o despedimento dos trabalhadores e conseqüente aumento do desemprego.

IMPLICAÇÕES DAS POLITICAS NO DISTRITO

O Desemprego à semelhança do verificado em todo o país , chegou aos mais elevados valores das ultimas décadas. No distrito, a taxa de desemprego cifra-se acima de 15 %.

O emprego não cresceu, pelo contrário, entre 2008 e 2012 perderam-se mais de 7 000 postos de trabalho na região de Viana do Castelo.

A Precariedade continuou a aumentar.

Foi generalizada a não renovação de contratos com milhares de trabalhadores em situação precária, que por esta via entraram no desemprego.

Na contratação coletiva verificou-se a manutenção e agravamento da estratégia das Associações Empresariais visando a caducidade de muitas convenções coletivas nomeadamente as de maior impacto e significado, com recurso à chantagem, discriminação salarial e repressão aos mais diversos níveis.

Os despedimentos coletivos multiplicaram-se por parte de muitas empresas que, a pretexto da crise e muitas vezes auferindo elevados lucros,

avançaram com despedimentos sem quaisquer escrúpulos. Na região de Viana do Castelo, entre 2008 e 2012 foram vítimas de despedimento coletivo cerca de 2000 trabalhadores.

Nestes últimos 4 anos assistimos ao encerramento de muitas empresas no distrito que lançaram para o desemprego milhares de trabalhadores nomeadamente as: Rodmam, Pousada D. Dinis, Anhas Comércio e Indústria, Importadora do Lima, Leony ex Cablinal, NeivaTex, Majoret, Moveis P+R, Ponto Fresco, LD Confeções, Milopos, Alexandra Confeções, Rodrigues & Cambão, Agostinha Confeções, Ana Maria Pereira, Duplo Conforto, Regency Confeções, Têxtil Palmira Rodrigues, Confeções Ribeiro, Torres & Lopes Confeções, Garimar, Textil Mourassos, Tex Vip, Hermes & Lima, Raquetes Confeções, Lima Coelho, Valcostura Unipessoal, Confeções Ave e Lima, etc,

Verificou-se ainda o recurso ao Lay-off por parte de muitas empresas, abusivamente e sem que se verificasse e comprovassem as situações que justificam esta medida, constituindo um escândalo e vergonhoso aproveitamento por parte do patronato, à custa dos trabalhadores e da Segurança Social.

Os Salários continuaram a perder poder de compra, com o agravamento das condições de vida da maioria dos trabalhadores persistindo nos cortes e congelamento dos salários

Ao congelamento e corte salarial juntaram-se o aumento dos preços de bens e produtos essenciais, como os transportes, scuts, e o agravamento de impostos.

O risco de pobreza entre trabalhadores agravou-se, situando-se em cerca de 1/3 da população do distrito.

O endividamento e falência das famílias tem sido uma brutal realidade, tendo como consequência a miséria encapotada e o recurso acelerado às refeições sociais e à mendicidade.

Em Conclusão, pensamos aqui deixar descritas as preocupações e reais problemas dos trabalhadores, das trabalhadoras e da população em geral, reafirmando o total empenho da União dos Sindicatos de Viana do Castelo, CGTP-IN, esperando dos membros da Comissão da Economia e Obras Públicas da Assembleia da República, empenho, determinação e

realismo na análise final da visita de trabalho ao nosso distrito, conscientes de que as nossas preocupações serão tidas em linha de conta nas vossas conclusões.

Viana do Castelo, 16 de outubro 2012

USVC/IN / CGTP